



**PORTARIA Nº 308, DE 27 DE MARÇO DE 2.019**

**INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA  
PARA APURAR POSSÍVEIS  
IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DO  
CONVÊNIO Nº 0736/2006 CELEBRADO COM  
A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RECREIO, ESTADO DE MINAS GERAIS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 80 da Lei Orgânica do Municipal,

- considerando o Memorando da Secretária Municipal de Educação e Cultura;
- considerando os termos do Ofício SEE.SPF/DPCO Nº 3249/18;
- considerando que por imposição legal a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata;
- considerando que foram apresentados indícios de irregularidades na execução do citado Convênio 0736/2006, gerando inadimplência do Município de Recreio junto ao Governo do Estado de Minas Gerais;
- considerando que tal inadimplência proíbe o Município de celebrar convênios e demais ajustes com o Governo do Estado de Minas Gerais, gerando prejuízos à toda população;
- considerando a probabilidade de ocorrência de dano ao erário;
- considerando por fim, que a administração pública está atrelada, especialmente, aos princípios da legalidade e transparência,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Instituir uma Comissão de Sindicância composta pelos servidores municipais **VALÉRIA FAZIONATO SILVA VICENTE** - Matrícula Funcional nº 2320, **JAIR JORGE DA SILVA**, Matrícula Funcional nº 61 e **ANDRÉ LUIS DIAS DE ANDRADE**, Matrícula Funcional nº 0026, para sob a presidência do primeiro, verificar nos arquivos da Prefeitura Municipal de Recreio todos os documentos – processo licitatórios, notas de empenho, notas fiscais e documentos pertinentes – especialmente o Processo Licitatório nº 083/2006, a fim de apurar possíveis irregularidades na execução do Convênio nº 0736/2006 celebrado com a Secretaria de Estado da Educação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RECREIO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROCURADORIA JURÍDICA**

---

Parágrafo único. A comissão deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, apresentar relatório circunstanciado sob os fatos apurados sugerindo de forma fundamentada, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, as medidas a serem eventualmente tomadas.

Art. 2º A comissão deverá intimar os servidores e agentes políticos do Município, para prestarem esclarecimentos e convidar pessoas não servidoras, através de ofício, para, querendo, prestar relevante serviço público, informar perante a comissão fatos de seu conhecimento, de modo a colaborar na apuração e conclusão do objeto investigado.

Art. 3º Os serviços prestados pelos membros da Comissão de Sindicância ora instituída, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º No desempenho de suas atribuições a Comissão poderá solicitar informações, documentos e apoio às diversas Secretarias Municipais, especialmente ter acesso a toda contabilidade e registro fiscais da Prefeitura.

Art. 5º Determinar que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Recreio, MG, 27 de março de 2019.81º da  
Emancipação Político-Administrativa.

**JOSÉ MARIA ANDRÉ DE BARROS**  
Prefeito Municipal

**DANIELA CERQUEIRA DE OLIVEIRA CARDOZO**  
Secretária Municipal de Administração